

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FREQUENTADORES DO CORREDOR VERA ARRUDA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, AL*****ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF USERS OF THE VERA ARRUDA CORRIDOR IN THE MUNICIPALITY OF MACEIÓ, AL******PERCEPCIÓN AMBIENTAL DE LOS USUARIOS DEL CORREDOR VERA ARRUDA EN EL MUNICIPIO DE MACEIÓ, AL***

Gustavo Gleidson Regis Pereira¹, Andréa de Vasconcelos Freitas Pinto², Marília Freitas Vasconcelos Melo³, Hugo Henrique Costa do Nascimento⁴, Raquel Elvira Cola⁵, Camila Alexandre Cavalcante de Almeida⁶

e758053

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.8053>

PUBLICADO: 05/2026

RESUMO

A arborização urbana tem suas origens nas civilizações antigas e apresenta uma trajetória rica e diversificada, evoluindo ao longo dos séculos até se tornar um elemento essencial no planejamento das cidades modernas. Seus benefícios abrangem dimensões ambientais, sociais e econômicas. Atualmente, é considerada um pilar fundamental para a sustentabilidade das cidades, exigindo gestão técnica, envolvimento da comunidade e um equilíbrio entre crescimento urbano e preservação ambiental. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo analisar a percepção ambiental de moradores e frequentadores do Corredor Vera Arruda, localizado no município de Maceió-AL, acerca da importância da área verde presente no local. A pesquisa foi conduzida por meio de visitas ao espaço e aplicação de um questionário composto por 11 perguntas objetivas, respondido por 25 participantes. Os resultados evidenciaram que a maioria dos entrevistados reconhece positivamente a presença da área verde, atribuindo a ela principalmente valores sociais e ambientais, relacionados ao lazer, qualidade de vida e contato com a natureza. No entanto, os participantes também apontaram problemas recorrentes, como a falta de segurança, o acúmulo de lixo, a presença excessiva de animais, o abandono por parte do poder público e a poluição sonora e/ou visual. De maneira geral, observou-se com base no questionário aplicado que a população possui um bom nível de conscientização sobre a importância das áreas verdes urbanas. Conclui-se ainda que o poder público tem avançado em termos de planejamento paisagístico, especialmente ao priorizar a utilização de espécies nativas na composição da vegetação urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia urbana. Qualidade ambiental urbana. Espaços públicos. Educação ambiental. Sustentabilidade Urbana.

¹Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –Campus de Engenharia de Ciências Agrárias (CECA), Rio Largo-AL, Brasil.

²Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais na UFRPE. Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus de Engenharia de Ciências Agrárias (CECA), Rio Largo-AL, Brasil.

³Doutora em Ciência Florestal pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus de Engenharia de Ciências Agrárias (CECA), Rio Largo-AL, Brasil.

⁴Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais na UFRPE. Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus de Engenharia de Ciências Agrárias (CECA), Rio Largo-AL, Brasil.

⁵Doutoranda em Recursos Florestais pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Universidade de São Paulo-SP, Brasil.

⁶Doutora em Proteção de Plantas pelo Programa de Pós-graduação em Proteção de Plantas pelo Campus de Engenharias e Ciências Agrárias - CECA/UFAL. Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –Campus de Engenharia de Ciências Agrárias (CECA), Rio Largo-AL, Brasil.

**ABSTRACT**

Urban afforestation has its origins in ancient civilizations and presents a rich and diverse trajectory, evolving over the centuries to become an essential element in the planning of modern cities. Its benefits encompass environmental, social, and economic dimensions. Currently, it is considered a fundamental pillar for the sustainability of cities, requiring technical management, community involvement, and a balance between urban growth and environmental preservation. Therefore, this study aimed to analyze the environmental perception of residents and visitors of the Vera Arruda Corridor, located in the municipality of Maceió-AL, regarding the importance of the green area present in the location. The research was conducted through visits to the area and the application of a questionnaire composed of 11 objective questions, answered by 25 participants. The results showed that most respondents positively recognize the presence of the green area, attributing to it mainly social and environmental values related to leisure, quality of life, and contact with nature. However, participants also pointed out recurring problems, such as lack of security, accumulation of garbage, excessive presence of animals, neglect by public authorities, and noise and/or visual pollution. In general, based on the questionnaire administered, it was observed that the population has a good level of awareness about the importance of urban green spaces. It is also concluded that the public authorities have made progress in terms of landscape planning, especially by prioritizing the use of native species in the composition of urban vegetation.

KEYWORDS: *Urban ecology. Urban environmental quality. Public spaces. Environmental education. Urban sustainability.*

RESUMEN

La forestación urbana tiene sus orígenes en civilizaciones antiguas y presenta una trayectoria rica y diversa, evolucionando a lo largo de los siglos hasta convertirse en un elemento esencial en la planificación de las ciudades modernas. Sus beneficios abarcan dimensiones ambientales, sociales y económicas. Actualmente, se considera un pilar fundamental para la sostenibilidad de las ciudades, requiriendo gestión técnica, participación comunitaria y un equilibrio entre el crecimiento urbano y la preservación ambiental. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo analizar la percepción ambiental de residentes y visitantes del Corredor Vera Arruda, ubicado en el municipio de Maceió-AL, respecto a la importancia del área verde presente en la zona. La investigación se realizó mediante visitas al área y la aplicación de un cuestionario compuesto por 11 preguntas objetivas, respondido por 25 participantes. Los resultados mostraron que la mayoría de los encuestados reconocen positivamente la presencia del área verde, atribuyéndole principalmente valores sociales y ambientales relacionados con el ocio, la calidad de vida y el contacto con la naturaleza. Sin embargo, los participantes también señalaron problemas recurrentes, como la falta de seguridad, la acumulación de basura, la presencia excesiva de animales, el abandono por parte de las autoridades públicas y la contaminación acústica y/o visual. En general, según el cuestionario aplicado, se observó que la población tiene un buen nivel de conciencia sobre la importancia de los espacios verdes urbanos. Asimismo, se concluyó que las autoridades públicas han avanzado en materia de planificación paisajística, especialmente al priorizar el uso de especies autóctonas en la composición de la vegetación urbana.

PALABRAS CLAVE: *Ecología urbana. Calidad ambiental urbana. Espacios públicos. Educación ambiental. Sostenibilidad urbana.*



INTRODUÇÃO

O crescimento urbano acelerado e desordenado no Brasil tem consolidado um modelo de ocupação que prioriza o concreto em detrimento dos sistemas naturais. Segundo dados do IBGE (2022), cerca de 84,8% da população brasileira reside em áreas urbanas, o que intensifica desafios como a formação de ilhas de calor, a impermeabilização do solo e a pressão sobre os remanescentes de biodiversidade (Maricato, 2014). Nesse cenário, a redução das áreas verdes — muitas vezes fragmentadas pela expansão habitacional — evidencia uma crise no planejamento ambiental urbano, onde a carência de espaços vegetados impacta diretamente na saúde pública e no equilíbrio climático das cidades (Vasconcelos, 2012).

Diante dessa problemática, os parques lineares emergem como infraestruturas verdes estratégicas. Diferente dos parques convencionais, sua configuração alongada permite conectar fragmentos florestais e facilitar a mobilidade sustentável, funcionando como corredores ecológicos dentro da malha urbana (Oliveira & Melo, 2015). Embora o conceito tenha se popularizado desde os projetos de Frederick Law Olmsted no século XIX, sua implementação em cidades litorâneas do Nordeste brasileiro, como Maceió, enfrenta desafios particulares de gestão e aceitação social.

Entretanto, observa-se uma lacuna persistente na literatura científica nacional, a maioria dos estudos foca nos aspectos arquitetônicos ou botânicos dessas áreas, negligenciando a dimensão subjetiva do usuário. Existe uma carência de dados que correlacionem o investimento em infraestrutura verde com a real apropriação e percepção ambiental da comunidade local. Frequentemente, espaços como o Corredor Vera Arruda são valorizados apenas por sua função estética ou imobiliária, enquanto seus serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação térmica e o suporte à biodiversidade, permanecem invisíveis ou subestimados pela população.

Compreender essa percepção é fundamental, pois, como afirma Jacobi (2003), a efetividade das políticas de sustentabilidade depende do grau de envolvimento e consciência dos cidadãos. A justificativa acadêmica desta pesquisa reside, portanto, na necessidade de diagnosticar o "abismo" entre o planejamento técnico-urbano e a percepção social, fornecendo subsídios teóricos para que a gestão pública possa promover uma racionalidade ambiental crítica (Leff, 2006) que vá além do uso contemplativo do espaço.

Justifica-se, ainda, a relevância social do estudo pela importância de fortalecer o senso de pertencimento dos moradores de Jatiúca, transformando o Corredor Vera Arruda em um laboratório de cidadania ambiental. Dessa forma, o presente trabalho objetiva avaliar a percepção ambiental dos moradores e frequentadores locais sobre a importância da área verde



no Corredor Vera Arruda, visando identificar os valores atribuídos a esse ecossistema urbano e os gargalos que impedem uma relação mais profunda entre a sociedade e a natureza local.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Arborização urbana

A arborização urbana tem origens históricas que remontam às civilizações antigas, como Mesopotâmia e Egito, onde já se buscava integrar elementos naturais aos espaços urbanos (Moura *et al.*, 2010). Com a Revolução Industrial, no século XVIII, o acelerado crescimento das cidades e a poluição intensificaram a degradação ambiental e da qualidade de vida, impulsionando movimentos de reforma urbana. Nesse contexto, a arborização passou a ser valorizada como estratégia para melhorar o ambiente urbano e a saúde pública, destacando-se iniciativas como os boulevards arborizados na França, integrados ao modelo higienista adotado após sucessivas epidemias (Silva & Oliveira, 2020).

No Brasil, as iniciativas de arborização urbana são relativamente recentes. Estima-se que tenham começado há pouco mais de 120 anos, com as primeiras tentativas ocorrendo nas ruas do Rio de Janeiro durante os preparativos para o casamento de D. Pedro I. Antes disso, as cidades brasileiras mantinham a vegetação predominantemente fora dos perímetros urbanos. Somente com o tempo a arborização passou a integrar efetivamente a paisagem urbana, refletindo uma mudança na percepção sobre a importância das áreas verdes para o bem-estar da população (Duarte *et al.*, 2018).

A arborização urbana é de suma importância para o bem-estar das populações citadinas, contribuindo para a melhoria do clima, embelezamento das vias públicas e oferecendo sombra e conforto aos transeuntes (Hoehne *et al.*, 1944). A arborização urbana proporciona às cidades inúmeros benefícios relacionados à estabilidade climática, ao conforto ambiental, na melhoria da qualidade do ar, bem como na saúde física e mental da população (Cecchetto, Christmann, & Oliveira, 2014). A manutenção e ampliação das áreas verdes nas cidades são fundamentais para a conservação da biodiversidade, promovendo habitats para espécies nativas e contribuindo para o equilíbrio ambiental (Mendes, 2021).

A criação de parques lineares em áreas urbanas tem impacto positivo na valorização imobiliária, gerando maior atratividade para investimentos e promovendo um crescimento econômico mais equilibrado (Ferreira *et al.*, 2017). Os parques lineares representam uma alternativa sustentável para o crescimento das cidades, proporcionando não apenas benefícios



ambientais, mas também melhorias na qualidade de vida da população urbana (Mendes & Oliveira, 2021).

1.2. Percepção ambiental

A percepção ambiental pode ser compreendida como a maneira pela qual os indivíduos interpretam e interagem com o meio ambiente que os cerca, sendo influenciada por fatores culturais, sociais e psicológicos. Segundo Tuan (1974), a percepção ambiental é um processo subjetivo que envolve a interpretação do espaço físico e das relações humanas com o ambiente. Para Bertrand (1972), esse conceito é fundamental na geografia e na ecologia humana, pois está relacionado à forma como as pessoas entendem e valorizam os elementos naturais e artificiais presentes ao seu redor.

A percepção ambiental orienta a forma como os indivíduos interagem com o meio, determinando suas escolhas e condutas em relação à preservação ambiental e ao consumo responsável (Guerra & Cunha, 2018). O planejamento urbano sustentável depende da compreensão da percepção ambiental da população, pois somente por meio dessa interação é possível criar espaços que atendam às necessidades sociais e ambientais (Silva & Almeida, 2019). A percepção ambiental está diretamente relacionada ao nível de informação e educação ambiental do indivíduo, sendo fundamental investir em programas educativos que promovam maior conscientização sobre as questões ecológicas (Jacobi, 2003). O estudo da percepção ambiental permite compreender como diferentes grupos sociais interagem com o espaço urbano e quais são suas principais demandas ambientais, contribuindo para um planejamento mais eficiente e sustentável (Freitas & Rodrigues, 2020).

1.3. Urbanização do Brasil e do estado de Alagoas

A urbanização brasileira teve início com a fundação das primeiras cidades coloniais no século XVI. As vilas e cidades foram criadas principalmente para atender às demandas da administração colonial portuguesa e às atividades econômicas, como o cultivo da cana-de-açúcar e a exploração de minérios. De acordo com Holanda (1995), as cidades coloniais eram planejadas seguindo modelos portugueses, caracterizadas por uma praça central, igreja, casa de câmara e cadeia. O século XIX representou uma importante fase de transição no processo de urbanização do país. A Independência do Brasil em 1822, assim como a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, impulsionou a modernização das cidades, com a abertura dos portos e a introdução de novas infraestruturas urbanas, como iluminação pública e sistemas de transporte.



Atualmente, o Brasil é um dos países mais urbanizados do mundo, com cerca de 87% da população vivendo em áreas urbanas (IBGE, 2022). No entanto, as cidades ainda enfrentam desafios como mobilidade urbana, falta de infraestrutura, déficit habitacional e degradação ambiental. Segundo Ferreira e Silva (2020), a urbanização sustentável é um dos principais desafios para o futuro das cidades brasileiras, exigindo políticas públicas que integrem planejamento urbano, preservação ambiental e inclusão social.

A expansão do tecido urbano de Maceió, entre 1981 e 2000, caracteriza-se por um mix de formas e tipos de crescimento territorial, nos moldes previstos pelo Plano de Desenvolvimento Municipal, mesmo que de maneira indireta. Apesar da existência desse planejamento, o processo de urbanização não seguiu uma linha completamente organizada, resultando em uma ocupação irregular e, muitas vezes, sem a infraestrutura básica necessária para a população. A fragmentação das áreas urbanas e a escassez de espaços verdes tornam-se evidentes, refletindo a incapacidade de integrar as novas áreas urbanas ao restante da cidade de forma planejada (Japiassú, 2015).

A expansão urbana da cidade de Maceió/AL ocorre de forma acelerada e desordenada, resultando em um acentuado adensamento construtivo que, aliado à insuficiência de investimentos em urbanização dos gestores do Município, gera diversas lacunas urbanas. Essa aceleração do crescimento, sem a devida implementação de infraestrutura, agrava as desigualdades sociais e o isolamento das áreas periféricas. As áreas mais distantes do centro não recebem atenção adequada, o que compromete a qualidade de vida de seus habitantes. A cidade, portanto, apresenta um quadro de desigualdade e defasagem no atendimento de serviços básicos, como saneamento e transporte (Confea, 2019).

1.4. Qualidade ambiental urbana

A qualidade ambiental urbana é um aspecto essencial para garantir a sustentabilidade das cidades e o bem-estar de seus habitantes. Com o crescimento desordenado dos centros urbanos, surgem desafios significativos, como a degradação de ecossistemas, a poluição do ar e da água, e a carência de áreas verdes, especialmente em regiões periféricas. Ribeiro (2001) aponta que a presença de espaços verdes nas cidades contribui significativamente para a melhoria das condições ambientais, atuando na regulação térmica, na filtragem de poluentes e na oferta de locais adequados para o convívio social. De acordo com Silva e Costa (2023), as áreas mais centrais e valorizadas tendem a concentrar a maior parte das praças, parques e arborização viária, enquanto os bairros periféricos enfrentam escassez de infraestrutura verde, o que acentua a vulnerabilidade ambiental e social.



Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), o ideal é que cada habitante tenha acesso a, no mínimo, 9 m² de área verde urbana, com uma distribuição homogênea e de fácil acesso. Essa meta, entretanto, ainda é distante da realidade de muitas cidades brasileiras, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação e manutenção de espaços verdes, principalmente nas regiões mais carentes. O desafio, portanto, não está apenas na quantidade de áreas verdes, mas também em sua qualidade, acessibilidade e capacidade de atender às necessidades da população urbana. Nesse sentido, Herzog (2019) destaca a importância de se integrar a infraestrutura verde ao planejamento urbano, criando uma rede contínua de áreas naturais, parques e corredores ecológicos que potencializem os serviços ecossistêmicos e promovam uma cidade mais resiliente. Tais estratégias demandam ações intersetoriais e o envolvimento da comunidade na preservação e uso adequado dos espaços ambientais urbanos. A busca por uma melhor qualidade ambiental urbana deve ser uma prioridade nos processos de urbanização, considerando que ela influencia diretamente o equilíbrio ecológico, a saúde pública e a justiça social nas cidades brasileiras.

1.5. Corredor Vera Arruda

O Corredor Cultural Vera Arruda teve origem no projeto paisagístico da arquiteta Tatiane Macedo, então funcionária do Serviço de Engenharia de Alagoas (Serveal), que atuava na Secretaria Municipal de Planejamento sob a gestão da arquiteta Yara Lanne, durante a administração da prefeita Kátia Born Ribeiro. Enquanto trabalhava na revitalização da orla de Maceió, a equipe identificou uma linha de financiamento do Banco do Brasil voltada para projetos culturais e decidiu adaptar os estudos paisagísticos para captar os recursos.

A equipe técnica era composta por Tatiane Macedo, Rosa Elena Tenório e Andréa Fonseca, que coordenava o setor de Planejamento da secretaria. Com a necessidade de adaptações no projeto, outros profissionais foram incorporados, incluindo a arquiteta e produtora cultural Mirna Porto Maia, responsável pela curadoria cultural. Nesta fase, artistas alagoanos participaram ativamente, criando esculturas, murais e painéis biográficos que homenageiam figuras relevantes das artes, literatura, música e ciência, contribuindo para a identidade cultural do espaço.

1.6. Estudo de caso

Souza e Lima (2020) realizaram um estudo aprofundado no Parque das Dunas, em Natal, que destaca a importância do espaço verde para a qualidade de vida dos frequentadores. Segundo os autores, a percepção dos usuários vai além da simples apreciação estética, envolvendo aspectos ligados ao lazer, à saúde física e mental e à conexão com a natureza. A



pesquisa aponta que a infraestrutura disponível no parque, como trilhas, áreas para exercícios físicos e espaços para convivência social, é fundamental para o aumento da frequência dos visitantes e para o fortalecimento do vínculo da comunidade com o espaço natural. Além disso, o estudo ressalta que a participação da população na conservação e na gestão do parque é um fator decisivo para a manutenção das suas condições ambientais e para a promoção de práticas sustentáveis. A percepção positiva dos usuários, segundo Souza e Lima, contribui para a valorização do parque como um patrimônio ambiental e cultural, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem o engajamento comunitário e o investimento em infraestrutura adequada.

A pesquisa realizada por Oliveira *et al.* (2023) no Parque Estadual do Sítio do Rangedor, em São Luís, Maranhão, analisou a percepção ambiental dos frequentadores em relação às necessidades humanas básicas. Os resultados indicaram que 57,4% dos participantes consideram o ambiente do parque agradável para a prática de atividades esportivas e convivência social. Além disso, 55,6% avaliaram positivamente a qualidade das áreas verdes, ressaltando a importância de uma infraestrutura adequada para a satisfação dos usuários.

Almeida e Silva (2019) investigaram a percepção ambiental dos visitantes do Parque Zoológico Arruda Câmara, localizado em João Pessoa. Os resultados indicam que a maior parte dos entrevistados reconhece o parque como um espaço de grande relevância para a educação ambiental, lazer e recreação. Os autores destacam que, embora a qualidade ambiental e a diversidade da fauna e flora sejam valorizadas, existem críticas relacionadas à insuficiência na manutenção das áreas verdes, à falta de segurança em determinados pontos do parque e à infraestrutura que precisa ser ampliada para atender melhor a demanda dos usuários. A pesquisa reforça a ideia de que a satisfação dos visitantes está diretamente ligada à qualidade do espaço público, sugerindo que o aprimoramento dos serviços e a participação ativa da comunidade podem fortalecer a apropriação social do parque. Almeida e Silva concluem que o reconhecimento da importância desses espaços contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de gestão ambiental, que considerem tanto os aspectos ecológicos quanto as necessidades e percepções dos frequentadores.

Oliveira *et al.* (2021) realizaram uma análise detalhada da percepção ambiental no Parque São Bartolomeu, situado em Salvador, Bahia, ressaltando seu papel em uma região historicamente marginalizada. O estudo mostra que a presença de áreas verdes no parque exerce uma função crucial na valorização ambiental e cultural da comunidade local, promovendo a inclusão social por meio da oferta de espaços para atividades comunitárias,



culturais e religiosas. Os autores destacam que o uso contínuo do espaço pelos moradores está ligado à sensação de pertencimento e à apropriação do parque como território de resistência e identidade. Além disso, a pesquisa evidencia que a conservação do parque não depende apenas de ações governamentais, mas também do engajamento da população, que vê no espaço um local para convivência, lazer e fortalecimento dos laços sociais. Oliveira et al. apontam que políticas públicas integradas, que promovam a participação popular e valorizem os aspectos culturais, são essenciais para a manutenção e o desenvolvimento sustentável dessas áreas verdes urbanas.

No estudo realizado por Silva (2021) na Praça Padre Cícero, no município de Murici-AL, a percepção ambiental dos moradores e frequentadores foi analisada com base em questionários aplicados a 25 pessoas. Os resultados mostraram que a maioria reconhece a importância das áreas verdes urbanas para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente. Os entrevistados atribuíram valores sociais, ambientais e culturais à praça, destacando sua função como espaço de lazer, convívio social e contemplação da natureza. Ainda segundo a autora, 100% dos participantes afirmaram que a arborização contribui para amenizar a temperatura e embelezar a cidade, além de ser fundamental para a conservação de espécies nativas. No entanto, também foram apontados problemas como poluição sonora e visual, descarte inadequado de lixo e falta de segurança, revelando a necessidade de ações de educação ambiental e de maior comprometimento do poder público com a manutenção desses espaços.

No estudo de caso desenvolvido por Almeida (2022), na Praça Marcos Vinícius da Silva Silvério, em Maceió-AL, a percepção ambiental dos frequentadores foi avaliada a partir da aplicação de questionários a 32 moradores e usuários do espaço. Os resultados revelaram que a maioria reconhece a importância das praças arborizadas para a melhoria da qualidade de vida, valorizando aspectos como lazer, convívio social e contato com a natureza. Os entrevistados atribuíram valores sociais (39%) e ambientais (31%) ao espaço, e 100% concordaram que áreas verdes contribuem para a qualidade de vida, embelezamento da cidade e conservação de plantas nativas. Entretanto, também foi apontado abandono por parte do poder público (32%) e presença excessiva de animais (28%) como os principais problemas locais. O estudo evidencia que, apesar de uma percepção ambiental positiva por parte da comunidade, ainda há desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à manutenção, segurança e educação ambiental, fundamentais para garantir a sustentabilidade desses espaços urbanos.

2. METODOLOGIA

2.1. Área de estudo

O presente estudo foi realizado durante o mês de fevereiro de 2025 no corredor Vera Arruda, localizado no bairro de Jatiúca da cidade de Maceió-AL (Figura 1). O município se estende por 503,1 km² e contava com 957 916 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 1 904,1 habitantes por km² no território do município. Situado a 4 metros de altitude, de Maceió tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9° 39' 57" Sul, Longitude: 35° 44' 6" Oeste. É uma cidade de fácil acesso BR-101 e a AL-101 como suas principais rodovias. Maceió tem a Mata Atlântica como seu bioma principal, predominam espécies de gramíneas e arbustos, além de formações típicas de áreas úmidas litorâneas, como manguezais e restingas.

O Corredor Vera Arruda é o maior parque linear de Maceió, com quase 1,5 quilômetro de extensão, este espaço público conecta a região do Maceió Shopping à Praia de Jatiúca, oferecendo uma área arborizada e urbanizada que proporciona diversas opções de lazer e convivência para moradores e visitantes. O Corredor Vera Arruda, revitalizado recentemente, abrange 5 mil metros quadrados divididos em seis trechos, com destaque para o Stella Maris, em Jatiúca. Livre de trânsito, é ideal para lazer e práticas esportivas, contando com ciclovia, parquinhos sustentáveis e espaços para dança, jogos e esportes. O local possui paisagismo planejado, bancos, palco para eventos culturais, estátuas e totens históricos. Além disso, abriga uma exposição permanente sobre personalidades brasileiras. Para maior segurança, conta com um posto policial fixo.

Figura 1. (A) Localização do corredor Vera Arruda, município de Maceió, estado de Alagoas, Brasil. (B) Corredor Vera Arruda, município de Maceió, estado de Alagoas, Brasil



Foto (A): elaborado pelo autor (2025)

Foto (B): Edilson Omena



2.2. Coleta de dados

Para a investigação da percepção ambiental, adotou-se uma abordagem quantitativa de natureza exploratória, centrada na aplicação de questionários estruturados com perguntas objetivas e escalas de opinião. A coleta de dados utilizou o método de amostragem não probabilística por conveniência, no qual os participantes foram selecionados de forma aleatória com base em sua presença no local durante o período de estudo. Estabeleceram-se como critérios de inclusão indivíduos com idade superior a 18 anos que fossem moradores do entorno imediato ou frequentadores assíduos, visando garantir que as respostas refletissem uma vivência real e cotidiana do espaço público.

A amostra final foi composta por 25 respondentes, quantitativo que se justifica pelo caráter exploratório e de estudo de caso desta pesquisa, que busca identificar tendências e percepções locais em vez de uma generalização estatística populacional. Tal número foi definido com base no critério de saturação teórica, observado quando as respostas dos novos entrevistados passam a apresentar padrões repetitivos, indicando que os principais problemas e valores ambientais da área já foram mapeados. Além disso, o tamanho da amostra foi condicionado pela viabilidade logística e pelo recorte temporal da coleta, realizada exclusivamente em fevereiro de 2025.

Os perfis sociodemográficos foram estratificados por variáveis de gênero, idade, grau de instrução e estado civil, permitindo analisar se esses fatores influenciam a sensibilidade ecológica e a valorização do espaço verde. O instrumento de coleta foi dividido em eixos temáticos que investigaram a importância da vegetação urbana e o diagnóstico de impactos negativos.

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu as diretrizes de ética em pesquisa com seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo,



garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das informações, e a coleta foi condicionada ao consentimento verbal livre e esclarecido de cada entrevistado.

2.3. Análise dos dados

Após a coleta, os dados foram submetidos a um processo de triagem e tabulados no *software* Microsoft Excel. A análise empregou procedimentos de estatística descritiva, com a conversão de dados nominais em frequências absolutas e relativas (porcentagens). Esse processo permitiu a sistematização das informações obtidas, facilitando a interpretação dos resultados. Os resultados foram sistematizados em gráficos e tabelas de contingência, permitindo uma interpretação visual das tendências de comportamento e a fundamentação de discussões sobre a relação sociedade-natureza no Corredor Vera Arruda. Esses gráficos fornecem uma representação clara dos principais aspectos avaliados, como a importância atribuída à área verde, os problemas ambientais identificados, o nível de interesse dos frequentadores por questões ambientais e possíveis intervenções humanas no local. Dessa forma, a análise estatística contribuiu para uma compreensão mais detalhada da percepção ambiental dos moradores e usuários da praça.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Perfil sociodemográfico e a dialética do uso do espaço

Ao analisar o perfil dos moradores locais e frequentadores do Corredor Vera Arruda, constatou-se uma faixa etária predominante entre os 25 entrevistados. O grupo com idades entre 18 e 29 anos apresentou o maior percentual, com 36% dos participantes (equivalente a 9 pessoas). Já os grupos com idades entre 40 e 49 anos e 50 anos ou mais obtiveram, cada um, 20% de representatividade (correspondente a 5 entrevistados, em cada grupo). Este dado revela uma característica intrínseca aos parques lineares modernos: a atratividade por conectividade e dinamismo. Diferente de praças tradicionais, o formato longitudinal do Corredor Vera Arruda favorece o fluxo e a prática esportiva, atividades majoritariamente exercidas por essa coorte etária.

As diferenças geracionais influenciam significativamente a percepção ambiental e o uso dos espaços urbanos. Santos e Oliveira (2017) destacam que os jovens tendem a valorizar áreas verdes voltadas para atividades recreativas e esportivas, enquanto os adultos buscam tranquilidade e convívio social familiar. De forma semelhante, Lima *et al.* (2018) apontam que os idosos demonstram maior preocupação com a conservação desses espaços devido aos benefícios à saúde, ao passo que os jovens enfatizam a importância das áreas para encontros



e lazer. Além disso, Pereira e Silva (2019) afirmam que adultos priorizam aspectos relacionados à segurança e acessibilidade, enquanto os jovens focam em infraestruturas para esportes e eventos culturais, evidenciando a necessidade de planejamento urbano que considere as diferentes demandas etárias. No caso do Vera Arruda, a convergência de 20% de idosos e 36% de jovens sugere que o espaço cumpre uma função de "coesão social intergeracional", conforme preconizado pelas agendas de cidades sustentáveis da ONU-Habitat, onde o desenho urbano deve desencorajar a segregação etária.

A predominância de entrevistados na faixa de 18 a 29 anos pode ser justificada pela grande quantidade de atividades disponíveis no entorno do corredor, como espaços para a prática de atividades físicas e uma variedade de opções gastronômicas. Além disso, o Corredor Vera Arruda é um ponto de encontro para pessoas de diversas idades, especialmente no final da tarde, quando famílias da região se reúnem para socializar. Ressalta-se ainda que o local funciona como uma via de ligação entre a avenida principal do shopping e a avenida da orla marítima, o que contribui para o elevado fluxo de pessoas que transitam pela área.

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, 36% pertencem ao grupo de pessoas que possuem ensino superior completo, incompleto ou pós-graduação (Tabela 1). Cruzando esses dados com as respostas sobre percepção crítica, observa-se uma correlação positiva: o grupo com maior nível de instrução foi o que mais apontou falhas na gestão pública (limpeza e manutenção), corroborando a tese de Souza et al. (2019). Isso demonstra que a percepção ambiental não é apenas sensorial, mas mediada pelo capital cultural do indivíduo; quanto maior o acesso à informação, maior a exigência por serviços ecossistêmicos de qualidade.



Tabela 1. Caracterização das variáveis sociodemográficas dos usuários (moradores e frequentadores) do Corredor Vera Arruda, Maceió-AL (n=25). EFI: ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: ensino médio incompleto; EMC: ensino médio completo; ESI/C/PG: ensino superior incompleto/completo/Pós-graduação

Variáveis	%
Faixa etária	
Entre 18 e 29 anos	36%
Entre 30 e 39 anos	24%
Entre 40 e 49 anos	20%
50 anos ou mais	20%
Escolaridade	
EFC*	12%
EMI*	20%
EMC*	32%
ESI/C/PG*	36%
Sexo	
Feminino	56%
Masculino	44%
Estado civil	
Casado	24%
Divorciado	20%
Solteiro	36%
Viúvo	20%

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

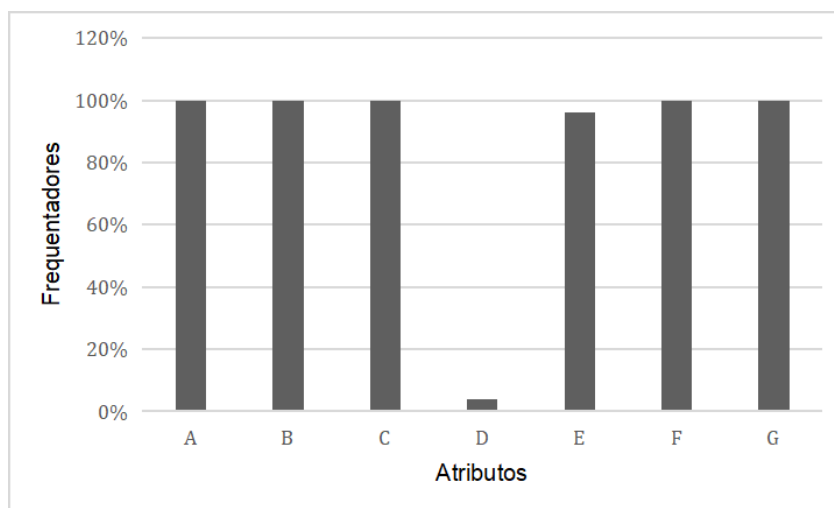
3.2. Percepção dos serviços ecossistêmicos e responsabilidade compartilhada

A unanimidade (100%) quanto aos benefícios do Corredor para o microclima e estética urbana (Figura 2) evidencia que a população possui uma compreensão clara dos serviços ecossistêmicos de regulação e suporte. Todavia, há uma dissonância cognitiva no que tange à governança: embora a maioria reconheça a responsabilidade da população, a persistência de queixas sobre lixo (24%) e fezes de animais indica que o reconhecimento teórico da responsabilidade não se traduz integralmente em práticas de zelo cotidiano.

Sob a ótica das políticas públicas, essa percepção positiva unânime confere ao Corredor Vera Arruda o status de "infraestrutura crítica" para o bem-estar social em Maceió. No entanto, a gestão pública parece falhar na transição do "espaço contemplativo" para o "espaço

educativo", uma vez que a manutenção ainda é vista como uma obrigação predominantemente estatal por uma parcela, ignorando o conceito de gestão participativa defendido por Jacobi (2003).

Figura 2. Distribuição de frequência das respostas quanto aos serviços ecossistêmicos, benefícios sociais e atribuições de responsabilidade na gestão do Corredor Vera Arruda. **A:** Praças são importantes locais de interação e convívio entre pessoas de todas as idades; **B:** As praças contribuem para deixar a cidade mais bonita; **C:** Praça é um local que contribui para melhorar a qualidade de vida dos frequentadores e moradores locais; **D:** A responsabilidade de cuidar das praças e mantê-las preservadas é somente da prefeitura; **E:** A responsabilidade de cuidar das praças e mantê-las preservadas é também da população que frequenta a praça; **F:** Praças contribuem para diminuir a poluição do ar; **G:** As árvores existentes nas praças contribuem para amenizar a temperatura do ar.

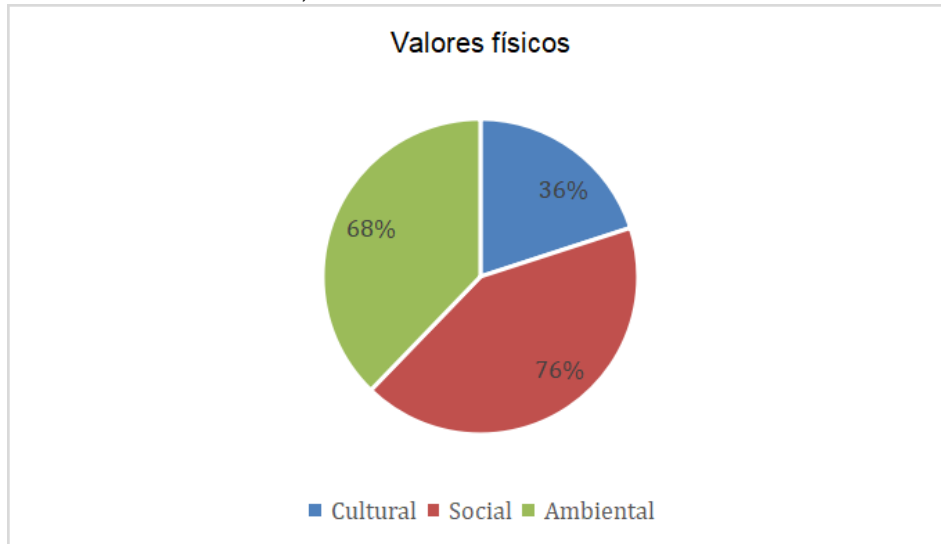


Fonte: elaborado pelo autor (2025)

3.3. Valores atribuídos e a lacuna da educação ambiental

Os valores sociais (76%) e ambientais (68%) prevalecem sobre os culturais (36%). Essa subordinação do valor cultural sugere que, embora o Corredor possua totens e estátuas históricas, a população consome o espaço de forma utilitarista e imediata. Do ponto de vista acadêmico, isso aponta para uma falha na interpretação do patrimônio urbano, onde a natureza é percebida, mas a história do lugar permanece em segundo plano.

Figura 3. Análise multicritério dos valores atribuídos à infraestrutura verde do Corredor Vera Arruda sob as dimensões social, ambiental e cultural



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

3.4. Diagnóstico de conflitos e insegurança urbana

Ao serem questionados sobre seu interesse por questões ambientais, 88% dos entrevistados demonstraram preocupação e interesse por temas ligados ao meio ambiente (Figura 4). No entanto, o dado preocupante é que 12% afirmaram não ter interesse no assunto, o que pode estar relacionado à ausência de iniciativas eficazes de educação ambiental por parte dos órgãos públicos. A análise desses dados revela uma "falha de projeto de uso" no período noturno. A sensação de insegurança em parques lineares é um fenômeno documentado internacionalmente; por serem áreas abertas e extensas, o controle social é mais difícil do que em parques fechados.

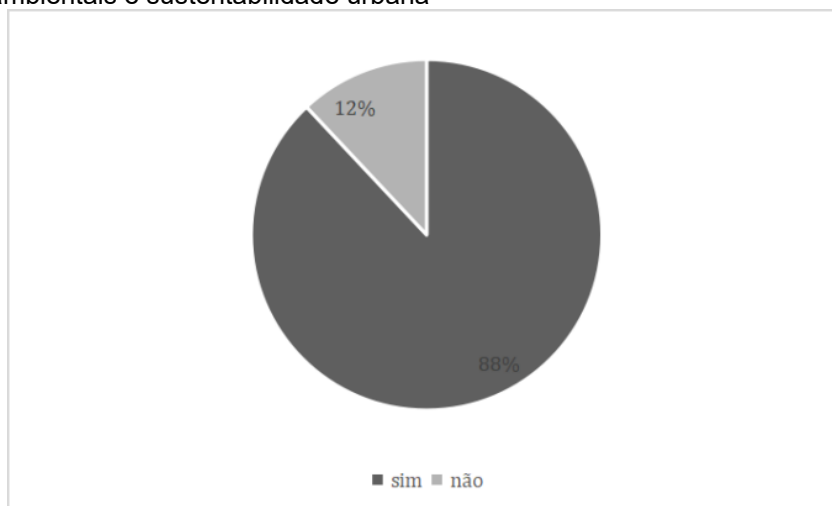
A correlação entre a falta de iluminação e o uso de substâncias ilícitas citada pelos entrevistados reflete o que a literatura chama de "Teoria das Janelas Quebradas" na gestão urbana: a percepção de abandono físico (lixo e má iluminação) atrai comportamentos desviantes, gerando um ciclo de degradação. Para mitigar isso, as políticas públicas não devem focar apenas no policiamento (posto fixo), mas na "vigilância natural" — melhorando a iluminação e ocupando o espaço com eventos culturais que mantenham o fluxo de pessoas, aumentando a segurança percebida.

A educação ambiental é reconhecida como um instrumento fundamental para o desenvolvimento do senso crítico e a promoção de práticas sustentáveis entre os indivíduos.

Segundo Dias e Andrade (2019), ações educativas em escolas e comunidades incentivam a conscientização socioambiental, estimulando a mudança de comportamento e o fortalecimento do vínculo das pessoas com o meio ambiente. Além disso, Silva *et al.* (2021) destacam que a implementação de programas educativos voltados à sustentabilidade contribui para o engajamento ativo da população na conservação dos espaços urbanos, promovendo uma maior responsabilidade social e ambiental. Essas iniciativas são essenciais para fomentar uma cultura de cuidado ambiental e para garantir a sustentabilidade das cidades no longo prazo.

Quanto ao interesse ambiental, os 12% de desinteressados (Figura 4) representam um ponto de atenção. Estatisticamente, esse grupo coincide com os frequentadores que utilizam o espaço apenas como via de passagem. Segundo a racionalidade ambiental de Leff (2006), a ausência de interesse é um reflexo da alienação ambiental urbana, onde o cidadão desfruta do benefício (sombra e conforto térmico) sem compreender a complexidade do sistema que o provê. Isso reforça a necessidade de políticas de Educação Ambiental Não-Formal no próprio corredor, transformando o lazer em uma oportunidade de alfabetização ecológica.

Figura 4. Nível de engajamento e autopercepção dos respondentes quanto ao interesse por temáticas ambientais e sustentabilidade urbana

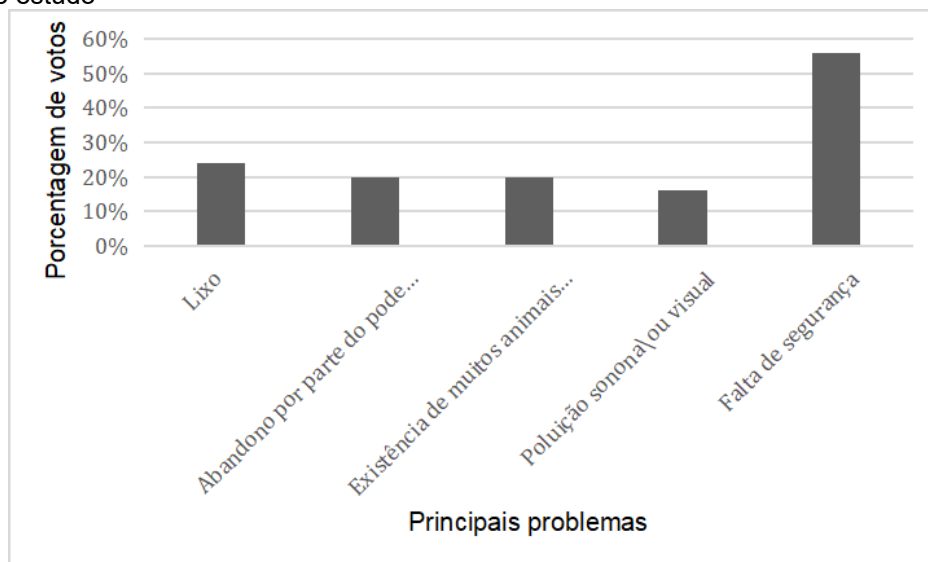


Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Dentre os principais problemas apontados pelos entrevistados em relação à área verde do Corredor Vera Arruda, a falta de segurança foi a queixa mais recorrente, sendo mencionada por 14 dos 25 participantes (56%) (Figura 5). Em seguida, foram citados o acúmulo de lixo (24%), a presença excessiva de animais e o abandono por parte do poder público (ambos com 20%), além da poluição sonora e/ou visual (16%).

A percepção de insegurança parece estar associada à grande extensão do corredor e à falta de iluminação adequada, especialmente à noite, período em que alguns entrevistados relataram a presença de pessoas utilizando drogas no entorno. Quanto à alta presença de animais, essa reclamação está relacionada principalmente ao grande número de pessoas que passeiam com seus pets, sendo que nem todos recolhem adequadamente as fezes. Já o lixo acumulado no espaço tende a ser resultado da movimentação intensa de pessoas e da proximidade com estabelecimentos alimentícios, o que contribui para o descarte inadequado de resíduos.

Figura 5. Diagnóstico de conflitos e passivos socioambientais identificados pelos usuários na área de estudo



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Os dados deste estudo indicam que o Corredor Vera Arruda é amplamente reconhecido pela comunidade como um espaço urbano de significativa importância ambiental, social e cultural. Todos os entrevistados demonstraram percepção positiva em relação às áreas verdes, reconhecendo seu papel na valorização estética da cidade, na conservação de espécies nativas, na regulação térmica e na melhoria da qualidade de vida.

A maioria dos participantes destacou o valor social do espaço, seguido dos valores ambiental e cultural. Essa percepção reforça a importância das áreas verdes como locais de lazer, convívio, atividades físicas e contato com a natureza, alinhando-se a pesquisas que comprovam os benefícios dos espaços arborizados para a população urbana.



Apesar das avaliações predominantemente favoráveis, foram identificadas queixas relacionadas à falta de segurança, acúmulo de lixo e carência de manutenção, o que revela a necessidade de maior atenção por parte do poder público quanto à gestão e cuidado com esses espaços. Além disso, a presença de um percentual da população que demonstrou desinteresse por questões ambientais indica a importância de fortalecer políticas de educação ambiental, que contribuam para a construção de uma consciência coletiva e de um sentimento de corresponsabilidade na preservação do meio ambiente urbano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu concluir que o Corredor Vera Arruda desempenha um papel fundamental na malha urbana de Maceió, funcionando não apenas como uma área de lazer, mas como um ativo ambiental estratégico para a resiliência climática local. A análise da percepção evidenciou que a comunidade possui uma visão clara da importância sistêmica da área verde, associando-a diretamente à melhoria do microclima e à oferta de espaços de socialização.

Do ponto de vista acadêmico, a principal contribuição desta pesquisa reside na validação da "hipótese da percepção utilitarista": o estudo demonstrou que o valor social e imediato do parque precede a consciência sobre seus valores culturais e ecológicos profundos. Cientificamente, isso oferece um subsídio importante para a literatura de Planejamento Urbano no Nordeste, preenchendo uma lacuna sobre como o usuário de cidades litorâneas interage com infraestruturas verdes lineares, que são frequentemente tratadas apenas como ativos imobiliários e não como ecossistemas funcionais.

É imperativo, contudo, reconhecer as limitações metodológicas deste trabalho. O tamanho amostral reduzido (n=25) e a natureza não probabilística da coleta impedem a generalização estatística dos resultados para toda a população de Maceió, restringindo as conclusões a um diagnóstico exploratório do recorte espacial estudado. Além disso, o viés de temporalidade (coleta realizada apenas em fevereiro) pode não captar variações sazonais de uso e percepção que ocorrem em períodos de maior pluviosidade ou durante eventos sazonais de grande porte.

Identificou-se que a manutenção da qualidade ambiental urbana depende de uma gestão compartilhada. Para os gestores públicos e planejadores urbanos, recomenda-se a adoção de estratégias de "Place-making", que envolvam a instalação de sinalização interpretativa e educativa ao longo do corredor, transformando o trajeto em um museu ambiental a céu aberto. Sugere-se, ainda, a revisão do plano de iluminação e a promoção de



editais para ocupação cultural noturna, visando mitigar a insegurança por meio da "vigilância natural".

Para futuras investigações, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que monitorem a percepção ambiental em diferentes épocas do ano, além da aplicação de métodos de valoração econômica ambiental para quantificar o quanto a vegetação local impacta na economia do bairro. Este estudo, portanto, serve como um ponto de partida crítico para que a gestão do Corredor Vera Arruda avance de um modelo meramente operacional para uma governança socioambiental participativa e cientificamente embasada.

REFERÊNCIAS

Almeida, J. L. (2022). *Qualidade ambiental de áreas verdes: Levantamento florístico e a importância da arborização da Praça Marcos Vinícius da Silva Silvério, Maceió-AL* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório Institucional da UFAL. <https://repositorio.ufal.br/handle/riufal/123456>

Almeida, J. P., & Silva, R. M. (2019). Percepção ambiental em espaços de lazer urbanos: O Parque Zoológico Arruda Câmara, João Pessoa/PB. *Cadernos de Geografia*, 29(1), 123–138. https://doi.org/10.14195/0871-1623_29_7

Bertrand, G. (1972). Paisagem e geografia física global: Esboço metodológico. *Revista do Departamento de Geografia*, (2), 25–36. <https://doi.org/10.7154/RDG.1972.0002.0003>

Duarte, R. S., Pereira, J. V., & Costa, L. M. (2018). A evolução da arborização urbana nas cidades brasileiras: Um estudo histórico. *Revista Brasileira de Urbanismo*, 9(1), 58–70.

Ferreira, L. M., Santos, M. P., & Almeida, P. H. (2017). Parques lineares: Impactos socioeconômicos e ambientais em áreas urbanas. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9(3), 345–359. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.003.ao01>

Ferreira, R. P., & Silva, M. G. (2020). Planejamento urbano e sustentabilidade: Caminhos para cidades resilientes. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, (55), 145–164. <https://doi.org/10.38116/rppp55art6>

Freitas, M. G., & Rodrigues, P. C. (2020). Percepção ambiental e planejamento urbano: Uma análise participativa em contextos urbanos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 22(1), e202015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202015>

Guerra, A. J. T., & Cunha, S. B. (2018). *Geografia e meio ambiente: O desafio da sustentabilidade*. Bertrand Brasil.

Herzog, C. P. (2019). Benefícios dos espaços verdes urbanos: Valorização e sustentabilidade. *Revista Geografia e Ordenamento do Território*, (16), 137–157. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.006>



Hoehne, F., Almeida, C., & Pereira, A. (1944). *Elementos de arborização urbana*. Editora Agrícola.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo demográfico 2022: Primeiros resultados*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>

Jacobi, P. R. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 189–205. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>

Japiassú, H. M. (2015). Maceió: Espaços livres públicos e sustentabilidade urbana. Em J. C. C. Rodrigues & M. C. M. Almeida (Orgs.), *Cidades, urbanização e sustentabilidade: Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 195–212). Edufal.

Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza* (L. C. Cabral, Trad.). Civilização Brasileira.

Lima, R. S., Souza, M. T., & Pereira, L. F. (2018). Idosos e espaços verdes urbanos: Percepção e utilização em áreas metropolitanas. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(11), e00112317. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112317>

Maricato, E. (2014). *O impasse da política urbana no Brasil* (5. ed.). Studio Nobel.

Mendes, T. R. (2021). Conservação da biodiversidade em áreas urbanas: O papel das áreas verdes. *Ambiente & Sociedade*, 24, e0113. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190113r3vu202111ao>

Mendes, T. R., & Oliveira, F. S. (2021). Parques lineares como estratégia de sustentabilidade urbana: Benefícios ambientais e sociais. *Revista de Planejamento Ambiental*, 15(2), 99–115.

Oliveira, J. C., & Melo, A. P. (2015). Parques lineares: Planejamento e sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Paisagismo*, 6(2).

Oliveira, T. M., Pereira, A. C., & Santos, L. F. (2021). Percepção ambiental e inclusão social em áreas verdes urbanas: O Parque São Bartolomeu, Salvador-BA. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23(1), e202120. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202120>

Pereira, J. R., & Silva, C. M. (2019). Segurança, acessibilidade e lazer: Demandas urbanas segundo grupos etários. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 21(1), 45–60. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p45>

Ribeiro, W. C. (2001). *Sustentabilidade urbana*. Contexto.

Santos, M. A., & Oliveira, F. A. (2017). Percepção ambiental e uso dos espaços urbanos: Um estudo sobre a diversidade geracional. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9(2), 234–249. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao06>

Silva, C. M., & Almeida, R. S. (2019). A percepção ambiental como ferramenta para o planejamento urbano sustentável. *Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8(2), 104–120. <https://doi.org/10.5585/geas.v8i2.1121>



Silva, F. C., & Oliveira, M. L. (2020). A arborização urbana e o modelo higienista: Análise histórica da França no século XIX. *Revista História & Ambiente*, 12(2), 112–125.

Silva, J. A. S. C., & Costa, C. B. N. (2023). Arborização urbana dominada por espécies exóticas em um país megadiverso: Falta de planejamento ou desconhecimento? *Revista Brasileira de Geografia Física*, 16(3), 1304–1375. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v16.3.p1304-1375>

Silva, M. R., Pereira, J. A., & Souza, R. S. (2021). Programas educativos e sustentabilidade urbana: Análise das práticas em espaços públicos. *Cadernos de Educação e Sustentabilidade*, 7(1), 102–118.

Souza, A. R., & Lima, F. S. (2020). A importância dos espaços verdes urbanos para a qualidade de vida: Estudo de caso no Parque das Dunas, Natal/RN. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20190115. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190115>

Souza, R. F., Lima, M. A., & Santos, P. H. (2019). Percepção ambiental em praças públicas: Um estudo com usuários em Campina Grande, PB. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11(3), e20180153. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180153>

Tuan, Y.-F. (1974). *Topophilia: A study of environmental perception, attitudes, and values*. Columbia University Press.